

BOLSA FAMÍLIA INFORMA

Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – Senarc

Nº 516 • 03 de agosto de 2016

Resultado do 2º período de acompanhamento da frequência escolar: 95,5% das crianças acompanhadas cumpriram a frequência exigida pelo Programa Bolsa Família

Ações positivas demonstram a importância de um bom registro para a continuidade do acompanhamento das condicionalidades

O segundo período de acompanhamento da frequência escolar apresentou resultados bastante positivos. Houve expressiva melhora dos índices se comparados aos resultados do período anterior. Em abril e maio deste ano, 84,8% (13,8 milhões) das crianças e dos jovens entre 6 e 17 anos do Programa Bolsa Família (PBF) tiveram a frequência escolar acompanhada, de um público total de 16,3 milhões em todo o país. Do total, 95,5%, (13,2 milhões) cumpriu a frequência exigida pelo Programa Bolsa Família.

O número de registros de baixa frequência no Brasil foi de 786 mil em maio de 2016. Destaca-se que nos meses de abril e maio, dos 5.570 municípios brasileiros, apenas três ficaram com acompanhamento abaixo de 30% (uma redução de 25 municípios em relação ao 1º período de 2016).

A importância de um registro de boa qualidade

No entanto, ainda houve 2,5 milhões de crianças e jovens que não foram acompanhados. Isso significa que, para 15,2% do público total, o acompanhamento não aconteceu porque **não havia identificação da escola dessas crianças e jovens ou porque as escolas não informaram a frequência**.

Por isto, é importante destacar que **a identificação da informação da escola e do respectivo código INEP deve ser prioridade dos profissionais que atuam na gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família**. Uma criança ou um jovem identificado como não localizado, por exemplo, pode refletir mudança de escola no mesmo município ou mudança de escola e de município, e esta informação ainda não foi capturada pela gestão da Educação, ou ainda, uma situação mais crítica: estarem fora da escola.

A baixa frequência e os efeitos no Benefício

Nem todos os casos de baixa frequência provocam algum efeito no benefício. Por isto, o gestor deve estar sempre atento à marcação adequada do motivo do descumprimento da condicionalidade. Para este período, dos 786 mil casos registrados de baixa frequência, por exemplo, somente para 417 mil houve efeito sobre os benefícios.

O adequado registro desses motivos reforça a importância das condicionalidades no desenho do Programa Bolsa Família: Garantir o acesso ao direito básico de educação aos beneficiários.

Problemas identificados

No mês de maio, foram registrados alguns motivos, com marcações não tão expressivas, mas que demandam uma atenção por parte do poder público:

- 7.303 problemas relacionados ao processo de cadastramento (óbito do aluno, beneficiários com dados errados impedindo a identificação pela escola);
- 8.560 problemas relacionados à inexistência de vagas no Ensino Fundamental e/ou Médio para acampados, ciganos e itinerantes, situação de internação e privação de liberdade, escola indígena, inexistência de atendimento educacional para pessoas com deficiência ou com necessidades educacionais específicas;
- 86 problemas relacionados à dificuldade de acessar o direito à educação, como inexistência de transporte, acessibilidade, negativa da escola em receber a criança com deficiência, alegando falta de vagas, etc.

Para visualizar a lista completa dos motivos e aqueles marcados em cada mês de acompanhamento, por município, por estado e total do Brasil, o [Sicon](http://www.mds.gov.br/mds-sigpbf-web/) possui o relatório consolidado de "Motivos da Baixa Frequência BFA e BVJ" (<http://www.mds.gov.br/mds-sigpbf-web/>).

Ações intersetoriais para reforçar o acompanhamento de condicionalidades

O acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação proporciona a coleta de várias informações sobre as famílias. O aproveitamento dessas informações é importante para reforçar a melhoria do acompanhamento das condicionalidades. Informações como óbito, mudança ou inexistência de endereço, mudança na composição familiar ou de município, registradas pelas equipes municipais de saúde e educação, durante os acompanhamentos, podem auxiliar a gestão municipal do Cadastro Único e do PBF na atualização das informações dos beneficiários do Programa. Com mais qualidade das informações cadastrais, o próximo público de beneficiários a serem acompanhados na saúde e na educação é formado com uma melhor base de informações.

Com esse objetivo o Departamento de Condicionalidades da Senarc/MDS iniciou discussões com os parceiros setoriais, Ministérios da Saúde e da Educação, e com o Departamento do Cadastro Único, para que as informações como o código Inep e o Código Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) sejam inseridas tempestivamente no Cadastro Único, contribuindo, assim, para a qualidade do cadastro e, conseqüentemente, aprimorando o processo de acompanhamento das condicionalidades.

Analisar os resultados da frequência escolar e da agenda de saúde ajuda o município a planejar ações que devem ser enfrentadas pelo poder público, como por exemplo, a necessidade de atualização cadastral das famílias do PBF.

Essas ações ainda estão em tratativas, porém, as gestões municipais podem planejar atualizações das famílias no Cadastro Único a partir dos resultados de acompanhamento das condicionalidades. Por exemplo, ao final de cada vigência, a gestão de saúde pode fornecer à gestão do Cadastro Único e Bolsa Família uma lista contendo as informações de óbito, de alterações de endereço e de mudança na composição familiar. Assim, a gestão municipal do Cadastro Único e do Bolsa família pode entrar em contato com as famílias do PBF para atualizarem seus cadastros. Isso melhora a qualidade das informações do Cadastro, garante adequação das informações para o próximo público de acompanhamento das condicionalidades e pode contribuir para a diminuição do número de famílias na lista de revisão cadastral no Cadastro Único.

MDSA lança Publicação sobre Intersetorialidade no PBF

A Secretaria de Renda e Cidadania (SENARC), em parceria com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), lançou a versão eletrônica do Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate nº 26: '**Intersetorialidade nas Políticas Sociais: perspectivas a partir do Programa Bolsa Família**'.

O propósito do Caderno é, ao sistematizar as discussões existentes sobre intersetorialidade, avançar nas ações necessárias ao avanço do Bolsa Família, junto a estados e municípios.

Os temas abordados vão desde fatores determinantes da intersetorialidade e desafios para sua implementação até a importância da burocracia na garantia da continuidade das ações intersetoriais.

É apresentada também uma análise descritiva da intersetorialidade no Programa Bolsa Família a partir de informações sobre o perfil dos coordenadores e gestores do Programa (cargos ocupados, atribuições, atividades a que dedicam mais tempo); instrumentos utilizados, sua periodicidade e objetivos e percepção do papel da intersetorialidade no trabalho desenvolvido no Bolsa Família.

O Caderno pode ser acessado nos seguintes endereços:

Portal SAGI:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudos%2026.pdf>

Portal ISSUU: https://issuu.com/sagi_mds/docs/caderno_de_estudos_26/1

ANOTE NA AGENDA

- **19 de julho a 1º de setembro de 2016:** Inscrições para o Prêmio Rosani Cunha: Edição Especial Cadastro Único

- **19 de agosto de 2016:** Averiguação Cadastral: data limite de atualização cadastral para evitar o cancelamento do Programa Bolsa Família e da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) do G2

- **A partir de Agosto de 2016:** Revisão Cadastral: envio de cartas para o G6

- **A partir de Agosto de 2016:** Revisão Cadastral: envio de mensagens no extrato para o G7

PARA MAIS INFORMAÇÕES, entre em contato com a Central de Relacionamento do MDS, pelo endereço <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/contato> ou pelo telefone 0800 707 2003.